

[Download PDF](#)



Agência iNFRA
iNFRAEnergia

Brasília, 10 de março de 2025

edição 1.746

Bom dia!

Nesta edição do iNFRAEnergia: [Entrevista: Marisete Dadald](#) | [Semana](#) | [Diário Oficial](#) | [Agenda](#) | [Monitor](#) | [Fique de Olho](#) | [Clipping](#)

HIDRELÉTRICAS RESPONDERAM POR 86% DO CURTAILMENT ENTRE 2022 E 2024, DIZ MARISETE DADALD

Geraldo Campos Jr. e Marisa Wanzeller, da Agência iNFRA

As usinas hidrelétricas responderam por 86% dos cortes de geração obrigatórios (curtailment) aplicados às fontes renováveis (solar, eólica e hidrelétrica) entre janeiro de 2022 e dezembro de 2024, que totalizaram 98 TWh (terawatt-hora). Os dados são da Abrage (Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica), que classifica o cenário como crítico para o segmento hídrico e fala em risco de desotimização do sistema.

Na avaliação da presidente da associação e ex-secretária-executiva do MME (Ministério de Minas e Energia), Marisete Dadald, a situação gera prejuízo tanto aos agentes quanto aos consumidores, visto que a restrição de geração hidrelétrica agrava o GSF (risco hidrológico). Segundo ela, o ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) tem cortado primeiro as hidrelétricas, antes de restringir a geração solar e eólica: "Se essa priorização dos cortes continuar, os consumidores poderão arcar com R\$ 519 milhões adicionais em média por ano nas tarifas neste ciclo de 2025 a 2028", disse em entrevista à **Agência iNFRA**.

Para Marisete, a solução para o problema passa por medidas conjunturais, como maior transparência nas regras de cortes e ressarcimento a todos os geradores, e estruturais, que incluem uma revisão de políticas de subsídios “que vêm agravando essa sobreoferta”. Ela também cita a necessidade de investir em armazenamento de energia, o que incluiria as usinas reversíveis.

Marisete Dadald também falou sobre os desafios atuais do sistema elétrico, que exigem cada vez mais confiabilidade, e sobre a necessidade de uma reforma setorial que dê mais transparência e reveja a alocação de subsídios e que trate da separação entre lastro e energia. Ela ainda comentou sobre os leilões de armazenamento e de reserva de capacidade, previstos para este ano. Outro tema abordado foi a retomada de grandes projetos de usinas hidrelétricas.

Leia a seguir os principais trechos da entrevista:

Agência INFRA – Quais os principais desafios do segmento de geração hoje?

Marisete Dadald – Eu acho que os principais desafios da geração de energia elétrica no Brasil incluem a escalada de subsídios que distorcem a competitividade e oneram os consumidores. A nossa expansão foi desenhada lá na época dos anos 2000, onde o Brasil tinha uma matriz majoritariamente hídrica com pouca térmica. A expansão está desalinhada hoje da oferta e da demanda e, obviamente, impactando a eficiência do setor.

Os crescentes desafios para a operação do sistema estão exigindo maior flexibilidade para garantia da segurança e estabilidade do fornecimento de energia. E, veja, o setor passa por uma transformação global com a introdução dessas novas tecnologias e a evolução daquelas já existentes. A alta penetração de fontes intermitentes, como solar e eólica, intensificou os desafios operacionais e comerciais.

Nesse cenário, as hidrelétricas assumem um papel essencial. Com essa grande capacidade que elas têm de modulação, elas são fontes limpas e renováveis, que funcionam como uma bateria natural para o sistema. Elas garantem a estabilidade e viabilizam toda expansão dessas novas fontes renováveis.

Dentre os desafios operacionais está o curtailment, os cortes obrigatórios de geração. Qual o entendimento da Abrage sobre o tema?

Não adianta você fazer um recorte do problema, tem que olhar a questão de forma sistêmica, o passado, o presente e o futuro. Nós vamos continuar enfrentando essa situação por algum tempo até que tenhamos um aumento de carga ou consumo e que tenhamos de fato um desenho de mercado que possa aproveitar todos esses recursos de uma maneira eficiente, o que hoje não vem acontecendo.

Hoje há um excesso de produção de energia em determinadas horas do dia, com a geração distribuída, que entre as 10h e as 14h produz um volume bastante significativo de energia, e isso faz com que o ONS tenha que tomar a decisão de fazer cortes na produção daquela energia que é centralizada.

As primeiras a serem cortadas são as hidrelétricas. O operador volta a despachar a hidrelétrica no final do dia. E, a partir das 18 horas, passamos a ter uma produção das hidrelétricas que há muitos anos não se tinha, da ordem de 45 GW (gigawatts), 48 GW, onde as hidrelétricas atendem o pico do consumo nesse horário que você não dispõe do sol e o fluxo de ventos é bem inferior àquele que é necessário para garantir esse atendimento à ponta. Quem está atendendo a ponta são as hidrelétricas. É até um contrassenso então ser a primeira fonte que está sendo cortada em relação ao curtailment.

Como está a situação de curtailment nas hidrelétricas hoje?

A situação é crítica e requer uma atuação urgente. Atualmente, não há uma regulamentação específica para ordenamento dos cortes comandados pelo operador nacional do sistema, que tem priorizado o corte de geração hidrelétrica em relação às fontes eólica e solar. Como consequência disso tudo, as hidrelétricas são as mais impactadas, resultando em risco de desotimização do sistema e gerando prejuízos financeiros significativos para os geradores e consumidores, porque não é só o investidor que é penalizado nesse caso, são os consumidores também.

Para vocês terem uma ideia, entre janeiro de 2022 e dezembro de 2024, os cortes de geração nas fontes solar, eólica e hidrelétrica totalizaram 98 TWh (terawatt-hora), dos quais 86% corresponderam à energia vertida das hidrelétricas. Essa energia poderia ter sido turbinada e aproveitada. Esse volume seria suficiente para abastecer durante um ano cerca de 32 milhões de habitantes, o equivalente à população das sete maiores cidades do Brasil.

E quais os impactos disso? Vocês têm alguma mensuração?

A restrição da geração hidrelétrica agrava o GSF, elevando os custos para os consumidores. Porque boa parte do GSF quem paga é o consumidor, principalmente aquele atendido pelas distribuidoras. Nós contratamos um estudo das consultorias PSR e RegE em que eles indicam que, se essa priorização dos cortes continuar, os consumidores poderão arcar com R\$ 519 milhões adicionais em média por ano nas tarifas nos próximos anos, principalmente nesse ciclo do planejamento da operação, que é 2025 a 2028.

Além disso, há o reatamento disso no recolhimento da CFURH. Os estados e municípios deixarão de arrecadar em média anualmente R\$ 155 milhões em compensações e royalties caso não tenhamos a correção dessa questão.

A Abrage tem buscado soluções para o tema via ANEEL ?

A ANEEL vem tratando desse tema agora na terceira fase da Consulta Pública 45/2019. O prazo dessas contribuições se encerrou no dia 25. A Abrage contribuiu ativamente nesse debate, defendendo que o ordenamento dos cortes reconheça a importância sistêmica das hidrelétricas e que sua participação nos cortes seja proporcional ao seu papel na estabilidade e na confiabilidade do SIN.

A previsão de regulamentação do curtailment para as hidrelétricas está na Agenda Regulatória da

ANEEL apenas para 2026 e isso é muito preocupante, dado o quanto as hidrelétricas estão sendo impactadas.

Então a solução, no entendimento da Abrage, seria garantir o ressarcimento para todas as fontes?

É isso. O direito ao ressarcimento que está previsto em lei deve ser respeitado sem distinção da fonte A, da fonte B ou da fonte C, ou seja, um tratamento isonômico para todas as fontes que produzem energia. Tem que ser um critério que atenda a todos e seja equilibrado tanto do ponto de vista do investidor quanto do consumidor. Não podemos olhar só um lado da moeda. Essa questão do curtailment tem que passar por uma solução tanto conjuntural como estrutural. Enquanto a matriz estiver se expandindo da maneira que vem ocorrendo, nós vamos continuar vivenciando isso.

A Abrage defende como solução conjuntural que haja uma definição de uma metodologia adequada para a realização dos cortes de geração que assegure critérios justos e transparentes com base na otimização do sistema e nos impactos para os consumidores e investidores, assegurando que os agentes tenham acesso aos motivos das restrições e aos dados completos da operação. E o estabelecimento de regras para o justo direito à compensação financeira para todos os agentes afetados, quando aplicável, como forma de minimizar os prejuízos decorrentes dessas restrições.

E qual seria a solução estrutural?

Quando eu vejo o futuro, uma solução estrutural seria uma revisão de políticas de subsídios, que é isso que também vem agravando essa sobreoferta e resultando neste crescimento da oferta descompassado da demanda de energia. Além disso, o aprimoramento dos mecanismos de exportação de energia hidrelétrica. Agora no período úmido, por exemplo, estamos tendo um vertimento de 7,4 GW médios. Por que verter se eu posso ofertar para os meus países vizinhos essa energia a preços certamente competitivos?

Outra questão estrutural seria a redução da inflexibilidade térmica, conforme processo iniciado e não concluído pelo MME na Consulta Pública 158/2023. E por último, a adoção das tecnologias de armazenamento, que vêm sendo muito discutidas, como sistemas de armazenamento hidráulico, conhecido como usinas reversíveis, para maior flexibilidade.

Sobre as hidrelétricas reversíveis, como está o processo de regulamentação dessas usinas?

Existe alguma expectativa sobre isso?

Nós temos trabalhado bastante para introduzir a discussão dessa tecnologia, que não é nova. Hoje, o Brasil já tem duas usinas, que obviamente não operam como reversíveis, e pode trazer para cá esse potencial, essa tecnologia que é diferente do armazenamento químico das baterias. Por exemplo, enquanto o químico dura de 12 a 15 anos, uma reversível pode ter uma vida útil de mais de 100 anos.

A ANEEL abriu segunda fase da CP 39/2023, que tinha como objetivo obter os subsídios para

aprimorar o relatório de análise de impacto regulatório sobre a regulamentação do armazenamento de energia elétrica, incluindo as usinas reversíveis. Quando nós começamos a dialogar com a ANEEL, a gente destacou a importância de um tratamento regulatório que não se restrinja apenas às usinas reversíveis de ciclo fechado, mas também às de ciclo semifechado e aberto, que são as de maior potencial de implantação imediata no Brasil, porque tem o aproveitamento dos reservatórios das nossas usinas existentes.

E nós teremos um marco dia 20 de março, quando o Ministério de Minas e Energia fará um seminário com o objetivo de trazer as entidades vinculadas para a gente discutir esses desafios e oportunidades, especialmente em relação aos aspectos regulatórios, operacionais e ambientais.

É um evento sobre usinas reversíveis?

Isso. A Abrage trará nesse seminário cases internacionais, da China, da Espanha, e a IHA vai estar presente para que a gente possa fazer uma discussão e começar a colocar luz nessa tecnologia de usinas reversíveis. Temos uma bateria natural, de 103 GW de produção de usinas hidrelétricas, portanto podemos aproveitar esse potencial para outras tecnologias.

Em conversas com alguns fornecedores e fábricas daqui, eles dizem que exportam esses equipamentos para Portugal, Espanha, porque aqui a gente não está desenvolvendo essa tecnologia. Então, nós dispomos de indústria que pode suprir toda essa parte de equipamento e serviço.

Esses 103 GW são o potencial de usinas reversíveis?

Não, 103 GW é o nosso parque gerador atual.

Mas há um mapeamento do potencial de usinas reversíveis no Brasil?

Nós temos hoje, com base nessas consultorias, 38 GW identificados de sítios. Obviamente isso ainda requer estudos, como sobre o modelo, se seria uma autorização, uma concessão. Então tem algumas questões que ainda estão abertas e que esse seminário será a base para essa discussão, até porque nós estamos buscando essa regulamentação justamente para começar a participar desses leilões de armazenamento que o Ministério de Minas e Energia pretende realizar nos próximos anos.

Neste primeiro leilão de armazenamento não daria para participar?

Pode entrar, mas depende como esse calendário vai evoluir. Porque, veja, para as baterias, o leilão de armazenamento foi agendado sem ter uma base regulatória consistente. E a mesma coisa pode ser feita para o leilão de armazenamento hidráulico. Acho que colocar esse produto faz com que o mercado passe a estudar. Se você não faz essa provocação, o mercado fica esperando.

Eu defendo que, da mesma maneira que o armazenamento químico por meio de baterias não tinha nenhuma regulamentação e foi construído, por que não construir por armazenamento hidráulico de modo que você traga investidores nacionais e internacionais aqui para participar e estudarem? Então eu defendo que seja incluído sim.

Por que não temos visto mais grandes projetos de construção de hidrelétricas?

O papel da Abrage vem muito ao encontro dessa ausência e alinhada na busca da retomada desses novos potenciais hidrelétricos. Não só o reconhecimento de outros requisitos que as hidrelétricas entregam no sistema, mas também novas oportunidades para ampliar esse parque gerador.

Houve uma estagnação nos últimos anos por diversos fatores. Os desafios regulatórios, ambientais e a percepção da sociedade muitas vezes influenciada por desinformação sobre os benefícios dessa fonte. A Abrage vem trabalhando justamente para destravar esses novos projetos no sentido de revisar esses modelos de negócios, mapeando estratégias que nos permitam um melhor aproveitamento do potencial hidrelétrico remanescente, principalmente neste momento em que você identifica que a matriz vai demandar mais dessa produção firme.

E teremos neste ano o leilão de reserva de capacidade. Quais as expectativas da Abrage de participação do segmento neste leilão?

Nós trabalhamos muito para que esse leilão acontecesse. Inicialmente tínhamos 7,5 GW de novos investimentos em 12 usinas, para aproveitamento de espaços físicos já existentes com a instalação de novas turbinas e geradores, o que a gente chama de poços vazios, além da ampliação de estruturas civis em outras três usinas. Desse total, 5,9 GW já tiveram projetos aprovados pela ANEEL para participação no leilão, que certamente serão ofertados a preços módicos no sistema e com menores emissões.

Para além do leilão, qual a carteira de projetos do segmento?

Nós temos hoje uma carteira potencial de 86,5 gigawatts, o que poderia gerar um acréscimo de 79% na nossa capacidade instalada atual. Esse total inclui os 7,5 GW que eu comentei, dos quais 5,9 GW deverão participar desse leilão de junho. Temos mais 11 GW de repotenciação de usinas existentes com modernização de turbinas e geradores antigos, o que pode aumentar a sua potência e eficiência.

E ainda temos mais 30 GW de 42 novas hidrelétricas em estudo, que poderiam ser viabilizadas após a obtenção do licenciamento ambiental. Fora a questão das reversíveis, com 38 GW de capacidade de armazenamento por meio da implantação dessa tecnologia, seja em usinas existentes ou novas, considerando diferentes ciclos.

Para encerrar, quais as suas expectativas quanto à reforma do setor elétrico, prometida pelo ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, e também citada como prioridade pelo presidente da CI do Senado, Marcos Rogério?

Isso me angustia todos os dias. Eu acordo e durmo pensando nisso. Eu trabalhei naquela última grande reforma, que foi lá em 2004. E aquela reforma foi no momento em que o sistema estava bastante desestruturado, tanto do ponto de vista da segurança quanto do ponto de vista de atração de investimentos. Ela foi fundamental para reorganizar o setor.

E em 2016 a gente começou a trabalhar naquela Consulta Pública 33, que era os pilares de uma

nova reforma do setor, justamente já identificando que aquele modelo de 2004 não tinha mais a mesma aderência para o atual cenário, tanto na questão das mudanças tecnológicas como na questão da diversificação da matriz. Aquela consulta foi bastante importante para identificar o que precisava ser reformulado no modelo setorial.

E assim nós o fizemos. Eu como secretária-executiva criei um grupo de trabalho para justamente regulamentar todos aqueles pilares que estavam naquele projeto de lei originado da consulta pública, que é o PL 414, a que o senador Marcos Rogério se referiu. E especialmente o que tinha ali, a questão da separação lastro e energia, que é o nosso gargalo atual. E, somado a isso, o crescimento dos subsídios.

Acredita que o caminho para a reforma ainda seria com o PL 414?

Veja, a gente teria que reformular o PL 414. Já passaram quase nove anos. Ele já não tem a mesma aderência hoje, porque você tem uma penetração grande de geração distribuída, de energia descentralizada, então já tem que ser repensado todo o modelo.

As usinas hidrelétricas passaram a prestar cada vez mais serviços essenciais, mas nem sempre elas são remuneradas de forma compatível com o seu valor sistêmico. Hoje elas têm prestado um serviço, especialmente naqueles períodos da ponta do sistema, da rampa, e não são remuneradas por isso. E isso está trazendo um desgaste pros equipamentos dessas usinas, porque elas não foram concebidas para esse liga e desliga todo dia.

O que seria essencial ser endereçado por essa reforma?

A Abrage elenca quatro pilares urgentes necessários nessa reforma: garantir o equilíbrio entre oferta e demanda, assegurar uma alocação justa e eficiente dos custos e riscos, promover o aproveitamento sustentável e equilibrado dos recursos energéticos, e fomentar a participação ativa dos consumidores na oferta, demanda e contratação de energia.

Hoje há uma distorção na alocação dos custos da energia elétrica entre consumidores, que tem ficado cada vez mais insustentável. A modernização da regulação e a promoção de uma matriz equilibrada são passos fundamentais para o futuro sustentável do setor. Investir em tecnologias com menores emissões de gases de efeito estufa, aliado à eficiência energética, é o caminho para tarifas mais competitivas no longo prazo. No entanto, é essencial que o planejamento setorial e as decisões de expansão considerem os custos reais e os atributos que cada fonte entrega para o sistema.

O que seriam esses custos reais?

Hoje no Plano Decenal é utilizado um modelo de decisão de investimento para você definir como você vai expandir o crescimento da sua geração. Esse modelo, quando seleciona as fontes de menor custo global, não considera os subsídios. O que a Abrage defende é que tem que planejar e tomar uma decisão olhando esses custos reais.

Não adianta decidir pensando que a solar custa, por exemplo, R\$ 100 o megawatt/hora. A hídrica

pode custar R\$ 150. Mas quando soma o subsídio, a solar custa mais de R\$ 300. Então, a decisão tem que enxergar esse custo real e se de fato a solar entrega todos os requisitos que o sistema precisa, porque contrata a R\$ 100, mas tem que contratar potência.

E como resolver isso na reforma?

Há a necessidade de darmos maior transparência na alocação de subsídios e na gestão dos custos transferidos aos consumidores. Isso inclui a eliminação de incentivos a tecnologias maduras e uma abordagem mais equilibrada para o crescimento da geração distribuída. A transição energética deve garantir um sistema sustentável, inovador, acessível, sem onerar desproporcionalmente o consumidor.

CI PODE CONVOCAR DIRETOR-GERAL DA ANEEL PARA ESCLARECIMENTOS SOBRE AUMENTO DA ENERGIA NO AMAPÁ

da Agência iNFRA

A CI (Comissão de Infraestrutura) do Senado avalia requerimentos para a realização de audiências públicas destinadas à prestação de contas e esclarecimentos sobre política tarifária no Amapá, em _____, nesta terça-feira (11), às 9h.

Na pauta, está o _____ que trata da convocação do diretor-geral da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), Sandoval Feitosa, para esclarecer sobre o aumento da tarifa de energia elétrica no estado, proposto pela agência e que estava previsto para entrar em vigor em 13 de dezembro de 2024.

Além de Feitosa, a comissão pretende _____ também o diretor executivo da Equatorial Energia Amapá, Augusto Dantas Borges, para prestar informações sobre a política tarifária adotada desde a privatização da CEA (Companhia de Energia do Amapá) e os critérios do reajuste tarifário anual de 2024.

A CCJ (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania) realiza reunião extraordinária, nesta quarta-feira (12), às 9h. Na _____, destaque para o _____, que propõe aumento de penas para furto, roubo e receptação de fios, cabos e equipamentos de energia elétrica e telecomunicações.

O Senado Federal realiza sessão deliberativa na _____ e _____, às 14h. O plenário da Câmara dos Deputados realiza sessão nesta terça-feira (11), às 13h55. Acesse a pauta _____.

Agências reguladoras

A ANEEL realiza reunião de diretoria nesta terça-feira (11), às 9h. Na _____, destaque para os processos que tratam dos reajustes tarifários de 2025 da Enel RJ e da Light, ambos a vigorar a partir

de 15 de março.

Também está pautado o resultado da CP (Consulta Pública) 9/2024, que tratou de alternativas no cálculo de perdas não técnicas.

A ANA (Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico) realiza reunião de diretoria hoje (10), às 9h30. Na , processos referentes a outorgas de direito de uso de recursos hídricos da União para aproveitamento hidrelétrico; e deliberação sobre solicitação de Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica, também para aproveitamento hidrelétrico.

A ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) não realiza reunião de diretoria nesta semana.

Tribunais

A Segunda Turma do STJ (Superior Tribunal de Justiça) pode julgar, nesta (11), às 14h, recurso referente ao pedido da Petrobras de ressarcimento por danos morais a construtoras acusadas no âmbito da Operação Lava Jato.

Na (12), às 14h, a Primeira Seção da Corte traz na pauta discussão da legitimidade passiva nas ações sobre legalidade de regulamentos referentes a cotas da CDE (Conta de Desenvolvimento Energético).

A Corte Especial deve analisar, em sessão na (13), às 14h, recurso em processo referente à decisão judicial que declarou ilegal portaria do MME (Ministério de Minas e Energia) que definiu valores revistos de garantia física das usinas hidrelétricas de Capivara, Chavantes, Taquaruçu e Rosana.

O STF (Supremo Tribunal Federal) realiza sessões plenárias na (12) e na (13), às 14h. Sem destaques para o setor nas pautas.

O TCU (Tribunal de Contas da União) realiza sessão plenária nesta quarta-feira (12), às 14h30. Sem destaques na para o setor. O Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) não realiza sessão de julgamento nesta semana.



Exploração - da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) revoga resoluções anteriores que autorizavam a Shell Brasil Petróleo a explorar as unidades fotovoltaicas UFV Canis 1 a 7, em São João do Rio do Peixe, na Paraíba.

UTE Jacarezinho 2 - da ANEEL autoriza a Maringá Energia a implantar e explorar a

UTE Jacarezinho 2, sob regime de Produção Independente de Energia Elétrica, no município de Jacarezinho (PR), pelo prazo de 35 anos.

i | AGENDA

Lula - O presidente da República reúne-se, às 9h, com o ministro da Secretaria de Comunicação Social, Sidônio Palmeira, e o secretário de Imprensa Laércio Portela. Às 11h, participa de reunião com a secretária-geral da Flacso (Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais), Rebecca Igreja. Às 15h, comparece à cerimônia de transmissões de cargos e posses do ministro da Saúde, Alexandre Padilha, e da ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann.

Alexandre Silveira - O ministro de Minas e Energia participa, às 10h30, da cerimônia que marca o início do plano de ação dos primeiros 100 dias na BR-040, entre Cristalina (GO) a Belo Horizonte (MG).

Fernando Haddad - O ministro da Fazenda participa, às 15h, da cerimônia de posse de Alexandre Padilha no cargo de ministro da Saúde e de Gleisi Hoffmann no cargo de ministra da Secretaria de Relações Institucionais.

Minerais e transição energética - O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) realiza, entre hoje (10) e terça-feira (11), na sede da instituição, a conferência internacional "Cadeias de Valor de Minerais Estratégicos para Transição Energética e Descarbonização". A abertura da programação ocorre às 9h30 e contará com a participação do presidente do BNDES, Aloizio Mercadante. Acompanhe a transmissão [neste link](#).

i | MONITOR

TRAMITAÇÃO DE PROPOSTAS LEGISLATIVAS

Câmara dos Deputados

- **Institui o Fundo Nacional de Energias Renováveis em Pequenas Propriedades:** A proposta foi recebida pela CmadS (Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável).

- **Estabelece salvaguardas para o licenciamento ambiental de empreendimentos de geração de energia eólica e solar:** A proposta foi recebida pela Capadr (Comissão de

Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural).

NOVAS PROPOSTAS PROTOCOLADAS

Câmara dos Deputados

- Susta despacho da ANP que autoriza a Petrobras a utilizar recursos da cláusula de PD&I para a formação de recursos humanos especializados, priorizando determinados grupos sociais.

- Requer informações do ministro das Relações Exteriores em relação à existência de tratativas entre o Brasil e o Paraguai para negociar emenda ao Tratado de Itaipu que permita ao TCU e seu homólogo paraguaio fiscalizarem as contas da usina Itaipu Binacional.



Leilão - O Leilão de Reserva de Capacidade 2025, previsto para 27 de junho, recebeu o cadastro de 327 projetos, somando mais de 74 GW (gigawatts) de capacidade. Do total, 67% são termelétricas novas, 30% termelétricas existentes e 3% ampliações de hidrelétricas. Saiba mais [neste link](#).

Conselho da Coelba - A Coelba (Companhia de Eletricidade da Bahia) anunciou, na última sexta-feira (7), a renúncia dos conselheiros Solange Maria Pinto Ribeiro e Fúlvio da Silva Marcondes Machado. Em substituição, foram nomeados Giancarlo Vassão de Souza como membro titular e Eduardo Capelastegui Saiz como membro titular e presidente do Conselho de Administração. Mais informações [neste link](#).

Mercado livre - A CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) lançou, na última sexta-feira (7), o "Guia de Direitos e Deveres do Consumidor no Mercado Livre de Energia". O material visa facilitar o entendimento dos consumidores recém-ingressos no sistema. Acesse a íntegra [neste link](#).

Encontro do PLD - A CCEE disponibilizou a gravação do Encontro do PLD realizado na última quinta-feira (6). Confira [neste link](#).

Previsão de carga - A projeção da carga no SIN (Sistema Interligado Nacional) é de crescimento de 3,5% até o fim de março. Segundo boletim do ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico), referente à semana operativa de 8 a 14 de março, o subsistema Sul deve ter alta de 7,6%, com 15.799

MWmed (megawatts médios). O Norte deve crescer 4%, com 7.692 MWmed, e o Sudeste/Centro-Oeste deve apresentar crescimento de 3,2%, com 49.321 MWmed. Já o Nordeste deve crescer 0,2%, com 13.638 MWmed.

Custo da operação - De acordo com o boletim do ONS, o CMO (Custo Marginal de Operação) está zerado no Nordeste e Norte. Já no Sudeste/Centro-Oeste e Sul está em R\$ 343,62. A íntegra do relatório está disponível [neste link](#).

Reservatórios e afluições - Ainda de acordo com o ONS, as afluições da região Norte devem chegar a 102% da MLT (Média de Longo Termo) até o fim de março. No Sudeste/Centro-Oeste, a estimativa é de que cheguem a 60%. Para o Sul, as afluições devem chegar a 55%, e para o Nordeste, a 25% da MLT. O volume dos reservatórios deve chegar ao fim do mês com capacidade de 96,1% no Norte; 78,1% no Nordeste; 69,3% no Sudeste/Centro-Oeste; e 36,9% no Sul.

Desinvestimento - Com a venda de 100% das ações da Petrobras International Braspetro B.V. e suas subsidiárias na Petrobras Colombia Combustibles, a Petrobras [informou](#), na última sexta-feira (7), o encerramento do projeto de desinvestimento.

Oferta permanente de concessão - A ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) publicou, na última sexta-feira (7), a lista das 30 empresas com inscrição ativa e aptas a participarem do quinto ciclo da OPC (Oferta Permanente de Concessão). As empresas têm até dia 31 deste mês para apresentar declaração de interesse e garantia de oferta. Saiba mais e acesse a lista [neste link](#).

Produção de biogás - O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) aprovou financiamento de R\$ 150 milhões para o Grupo Piracanjuba implantar quatro estações de tratamento de efluentes com produção de biogás, e substituir caldeiras a combustível fóssil em unidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná. A medida visa impulsionar a sustentabilidade e energia limpa. Mais informações [neste link](#).



Empresa diz que o valor da contingência está provisionado em demonstrações financeiras e é atualizado desde 2022. (Folha de S. Paulo)

Sem encontrar solução definitiva para Itaipu, o governo tenta 'tourear' tarifas da usina. (Estadão - artigo)

Tóquio visa romper a dominância de Pequim nas energias renováveis e reduzir a dependência de combustíveis fósseis. (Folha de S. Paulo)

É preciso mostrar vantagens competitivas de tais soluções e comprovar seu impacto climático e socioambiental positivo. (Valor - artigo)

Os bilhões em royalties do petróleo não garantiram melhoria estrutural nem dos Estados e nem da população. (Valor - artigo)

Ministro de Minas e Energia defende que Rodrigo Agostinho rejeite o parecer técnico do Ibama contrário à perfuração de poço exploratório no litoral do Amapá. 'O laudo não aponta uma ilegalidade, aponta uma convicção', afirmou Silveira à Coluna do Estadão. (Estadão)

Julio Lopes (PP-RJ) pede esclarecimentos sobre impactos da negociação entre a empresa e o governo nas obras de Angra 3. (Poder 360, domingo)

Infraestrutura e planejamento são os verdadeiros responsáveis pelos cortes de energia renovável. (Poder 360 - opinião, domingo)

Quantidade de incidentes e mortes resultantes dessas ações subiu 260%; prejuízo indireto chega aos bilhões de reais. (Poder 360, domingo)

Estratégia agressiva dos EUA em busca de recursos como lítio e terras raras pode colocar país no centro de disputa política. (O Globo, domingo)

Alexandre Silveira disse que respeita a governança da empresa, mas que queda do petróleo e do dólar abre espaço para reajuste. (Poder 360, sábado)

Jean Paul Prates, que deixou a presidência da Petrobras há quase um ano, vê em casos atuais no governo a repetição da fritura que sofreu para ser demitido. (Veja, sábado)

Segundo o Operador Nacional do Sistema, ocorrência na madrugada de sábado (8.mar) afetou quase todo o Amazonas. (Poder 360, sábado)

ANEEL cobra aumento de contrapartidas de empresas e quer dividir financiamento dos projetos com ANP, além de instituições como Finep e BNDES. (Folha de S. Paulo, sábado)

Ações da estatal caíram após anúncio de alta nos aportes em 2024; executiva afirma ter 'total liberdade para gerir a empresa'. (Folha de S. Paulo, sábado)

Professor da escola de negócios Stern, na Universidade de Nova York, lança livro no Brasil. (O Globo, sábado)

Alexandre Silveira avalia incluir medida em projeto de reforma do setor elétrico que pode ser apresentado ao Congresso nos próximos dois meses. (O Globo, sexta-feira)



A **Agência iNFRA** tem o compromisso de entregar, diariamente, notícias sobre os assuntos mais relevantes do setor de infraestrutura no país. Além dos boletins por e-mail, enviamos flashes de notícias urgentes via aplicativo de mensagens. Caso não esteja recebendo, [entre em contato](#).

O **Serviço de Notícias iNFRAEnergia** é destinado a assinantes. Conforme termo de uso, é proibida a distribuição, redistribuição e publicação não autorizada dos conteúdos recebidos dos serviço da **Agência iNFRA**, podendo o responsável ser excluído dos nossos cadastros.

Spam: Para evitar que seu boletim vá para o Spam ou, no caso do Gmail, para a aba de promoções, mova o e-mail para a caixa principal ou salve o endereço **infrajornalismo@agenciainfra.com** em seus contatos.

Imagens: As fotos usadas nesta edição são imagens de divulgação de banco de dados público ou de propriedade da Infra Jornalismo LTDA.

Imagens:

–

Artes:

–

Equipe Agência iNFRA

Sócios-Diretores: Dimmi Amora e Leila Coimbra

Editores: Luana Dorigon, Paula Melissa e Rodrigo Zuquim

Analista: Marisa Wanzeller

Repórteres: Geraldo Campos Jr., Marília Sena e Sheyla Santos

Colaborador: Felipe Moura

Gerente comercial: Joyce Rodrigues

Administração: Paula de Lima

+55 (61) 3247-5841

www.agenciainfra.com

Copyright © 2017 Agência iNFRA, Todos os direitos reservados.

